

## CORREIO DO VALE

Reprodução/PMP



Zezé Porto tem até 10 dias para explicar sobre contrato

### Justiça pressiona prefeito de Paraty sobre irregularidades

Após uma denúncia enviada ao Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), pelos vereadores de Paraty Lucas Cordeiro e Tunico Gama, a Justiça determinou que o prefeito da cidade, Zezé Porto, responda os requerimentos sobre irregularidades em contratos com a empresa Bravel, em 2025, no prazo de até 10 dias. Cerca de R\$3 milhões foram destinados ao aluguel de tendas, banheiros químicos, som e iluminação para eventos públicos - valor que, para o vereador, é abusivo. "A Justiça disse que o Executivo está sendo omissivo e impedindo o trabalho feito pela Câmara Municipal de Paraty, que é de fiscalização", afirmou Lucas. Em caso de descumprimento da decisão, foram fixadas multas diárias no valor de R\$ 15 mil.

### Ex-prefeito questiona sobre recursos

E quem se manifestou sobre o caso foi o ex-prefeito de Paraty e inimigo declarado de Zezé Porto, Luciano Vidal. Em vídeo, ele questionou o porquê a prefeitura se nega em fornecer as informações solicitadas pelo poder legislativo. "A população de Paraty tem o direito de saber como os recursos públicos estão sendo aplicados. Com um orçamento de R\$619 milhões, a transparência deve ser uma obrigação permanente", disparou.

Divulgação/MPRJ



Vereador de Paraty fez denúncia ao MPRJ em 2025

### Pagamento rápido e falta de licitação

Na época em que o vereador preparava a documentação para ser protocolada ao Ministério Público, ele afirmou que dois aspectos levantaram suspeita sobre o contrato firmado: o primeiro, foi pelo pagamento em menos de dez dias, feito por meio de Atas de Registro de Preços, e em segundo, a falta de licitação. Na ocasião, a prefeitura de Paraty respondeu ao Correio Sul Fluminense que foi necessário aderir à ata por suspensão do contrato anterior de eventos, firmado, justamente, na gestão do ex-prefeito Luciano Vidal.

### Medida necessária, diz prefeitura

Segundo a nota, a suspensão do contrato foi necessária por causa de uma investigação da Polícia Federal que apurou um possível desvio de R\$40 milhões em contratos firmados na antiga gestão. Como necessidade imediata para não suspender os eventos programados, foi feita a contratação da empresa por meio da Ata de Registro de Preços, que seria um procedimento legal.

POR  
ANA LUIZA ROSSI

### Buraco a céu aberto

O vereador de Volta Redonda, Gemilson Sukinho, publicou que foi acionado por moradores do bairro Aero Clube para tratar sobre um buraco aberto na Rua 1050 após um veículo atingir o canteiro da via. As preocupações giraram em torno de pedestres que passavam pelo local, que poderiam se acidentar.

### Resolvido

"Entramos em contato com a Secretaria Municipal de Obras (SMO) para buscar uma solução rápida. Apesar da situação envolver o SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto), a equipe da SMO prontamente realizou o reparo no local, garantindo mais segurança para os moradores e motoristas", disse.

### Agradecimentos

Sukinho ainda disse que a SMO informou a ele que será instalada uma tampa para fechar o buraco mais profundo existente na área. "Agradeço à Secretaria Municipal de Obras pela agilidade e atenção a essa demanda da população. Seguimos trabalhando e acompanhando de perto as necessidades da cidade".

### Reformas

O também vereador de Volta Redonda, Cacau da Padaria, conferiu na última semana o andamento da reforma da quadra do bairro Vale Verde. A unidade de lazer fica localizada a Rua Edmar Carmo de Oliveira com a Rua 19 de Junho. "Em breve, a comunidade vai ganhar um espaço totalmente reformado para lazer e esporte", disse Cacau.

### Desaprovado

Aliás, o vereador Luciano Mineirinho perguntou aos moradores sobre a nova rotatória implementada na Avenida Beira Rio, em Volta Redonda, na entrada do bairro Belmonte. Na opinião do vereador, ficou melhor do que estava antes. Já para os moradores, o tom foi de desaprovação: "vai ter acidente ali. Ficou horrível".

### Cautela

Outro morador afirmou que quem sai do sentido Belmonte para Beira Rio vai precisar avançar com cautela. "Essa necessidade de reduzir, parar e conferir o fluxo antes de entrar pode acabar gerando retenções e congestionamentos. O trânsito raramente apresenta intervalos para conversão", pontuou.



Ministério da Saúde suspendeu vacina por suspeita de mortes

## Prefeituras esclarecem sobre vacina da dengue

### Dois casos de reação ao imunizante do Butantan foram registrados

Da Redação

Em nota, a Secretaria Municipal de Saúde de Barra do Pirai informou que a vacina contra a dengue desenvolvida pelo Instituto Butantan foi destinada, no município, exclusivamente aos profissionais de saúde que atuam na Atenção Primária. O imunizante foi suspenso pelo Ministério da Saúde após duas mortes serem investigadas após a aplicação da vacina.

- Até o momento, foram registrados dois casos de reação alérgica leve entre os profissionais imunizados. As ocorrências foram prontamente acompanhadas pelas equipes de saúde e devidamente notificadas aos órgãos competentes, seguindo os protocolos de vigilância de eventos adversos pós-vacinação - afirmou a nota.

A prefeitura de Barra Mansa também informou, por meio de nota, que não realizou a aplicação da vacina desenvolvida pelo instituto em nenhuma de suas unidades de saúde.

### Suspensão temporária

O Ministério da Saúde anunciou, nesta segunda-feira (8), a suspensão temporária da imunização contra a dengue no país com a vacina desenvolvida pelo Instituto Butantan.

A pasta informou que 42 pessoas apresentaram sintomas mais severos após a vacinação, sendo que três precisaram de internação.

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, afirmou que não é possível concluir que os eventos adversos foram causados pela vacina, mas representam um sinal de alerta e serão investigados por um comitê de especialistas.

### Precaução

- Essa descontinuidade tem um objetivo que é a ação de precaução, para que o Ministério da Saúde, a Anvisa [Agência Nacional de Vigilância Sanitária] e o Butantan aprofundem a investigação nos 42 casos, que são episódios de reações adversas da vacina, para buscar fatores de risco nessas pessoas, fazer uma espécie de estudo de caso-controle - disse em coletiva de imprensa.

A suspensão vale apenas para a vacina produzida pelo Butantan, e não inclui o imunizante Qdenga, produzido pelo laboratório Takeda e aplicado no Sistema Único de Saúde.

O imunizante foi incorporado ao Sistema Único de Saúde (SUS) em janeiro deste ano. Na ocasião, o Ministério da Saúde adotou a estratégia de vacinação para avaliar o impacto do imunizante na dinâmica populacional da dengue.

Em fevereiro, o SUS passou a vacinar contra a dengue os profissionais de saúde da atenção primária. Os casos graves registrados foram identificados nesse público-alvo.

\*Com informações da Agência Brasil